

COHEN, Gustavo Vargas. **O Flerte entre Literatura e política: uma dissociação (im) possível.** Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades, [www.unigranrio.br](http://www.unigranrio.br). ISSN-1678-3182, Número XXXVII, p. 48-59, 2012

Resenhado por Katiane Régis Pereira Martins \*

O texto “O flerte entre Literatura e política: uma dissociação (im) possível” de Gustavo Vargas Cohen que foi publicado na Revista Eletrônica do Instituto de Humanidade, traz em seu início uma epígrafe de Gayatri Spivak, a qual serve como um gatilho para desenrolá-lo das discussões; em seu corpo a citação diz que: “A política imediata dos movimentos acadêmicos humano-científico está nas salas de aula”. E por meio desta citação Cohen expõe o questionamento levantado por Spivak: “uma pessoa se torna necessariamente envolvida em ativismo político por meio do que ela escreve?”. No decorrer do seu texto Cohen tentará responder de forma bem explicativa essas questões, mas como ele mesmo aborda, o seu trabalho é de nível introdutório e que buscará mostrar algumas considerações sobre o envolvimento da literatura com a política, assim como também, mostrar as implicações para a cultura e sociedade de sua época.

Cohen busca em Mathews (2011) a complementação de seus argumentos que abordam que nos últimos séculos, as relações existentes entre literatura e política vêm se manifestando de diversas formas, sendo mais frequente a formação de grupos de interesses que visam encorajar a produção livre, de pressionar governos e outros grupos dominantes por apoio e, por fim, buscam assegurar uma atmosfera que permita que escritores possam produzir de maneira segura.

Cohen levanta uma problemática que surgiu com separação ideológica entre o que é político e o que é social, dando assim a criação do mote *tudo é político* e esta nova condição exercerá uma influência bem peculiar na vida cultural dos Estados Unidos; Cohen ainda complementa dizendo que a ideologia política encontrada na literatura americana do pós-guerra deve ser analisada a guisa deste novo contexto. Partindo disto ele pode encontrar outro problema que é a busca por uma nova e clara distinção entre o que é político e o que é cultura. Naquela época muitos escritores americanos temiam ser rotulados como político, mesmo aqueles que eram engajados politicamente, mas apesar

---

\* Pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Evangélica Cristo Rei – FECR. Graduada em Letras português pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. ([katyregismartins@hotmail.com](mailto:katyregismartins@hotmail.com)) Tel.: (86) 9 9924-9770.

disso as manifestações de aspectos políticos na literatura da época eram explícitas. Cohen cita alguns autores que se destacaram, como: Lowell, Olson, Doctorow e Kerouac.

Em poucas palavras Cohen discorre sobre cada um desses escritores começando com o poeta Robert Lowell (1917-1977) que disserta sobre a noção de império e aborda em suas obras *For the Union Dead*, de 1964, e *Near the Ocean*, de 1967, a inter-relação da compreensão do indivíduo à compreensão da política e da história. Para Lowell o propósito de sua obra era político, mas no sentido primário da palavra, como qualidade daquilo que é pertencente a um Estado ou a um grupo de cidadãos, e a seus governos e leis.

Já o poeta Charles Olson (1910-1970) escreveu que os reinos da *fenomenologia* e da *política* não são dissociáveis, mas sim, idênticos. Olson sentiu-se atraído pela política, mas como explica Christensen (2000), devido a alguns desentendimentos sua carreira política encontrou um fim súbito e Olson resolveu dedicar-se quase que exclusivamente à poesia.

Como aborda Elliott (1988), os escritores E. L. Doctorow (1931-) e Jack Kerouac (1922-1969) dão nova roupagem à tradição do romance realista ao fazerem narrativas líricas e satíricas que revelam as grandes contradições políticas da sociedade americana de sua época.

Cohen discorre que a análise das obras destes quatro escritores resultaria em um estandarte de diversidade, pois elas dão uma demonstração explícita da heterogeneidade da política daquele país. E apesar de mesmo fracassando, estes escritores se dispunham a separar suas observações sobre a sociedade de suas teorizações sobre política, dirigidos pelo repúdio às tentativas externas de rotulá-los como observadores – *watchers* (no sentido de guardiões) – da política de sua época.

O autor ressalta que o predomínio de obras literárias com grandes cargas de visões irônicas da vida, em especial as surgidas no período do alto modernismo, associadas à ênfase dada por escolas formalistas serviu para intensificar a conturbada divisão entre os reinos cultural e político na literatura americana. E apontando como consequência o que havia ocorrendo nesse período, diz que muitos dos escritores americanos que abordavam em suas obras questões como aborto e cotas para minorias, o faziam constantemente de maneira tangencial e frequentemente com valores populistas, liberais, democráticos e de tolerância social. Contudo, esta tradição tornou-se improdutiva.

O século XX como consta no artigo resenhado começa com a ascensão da Nova Crítica nas universidades, a qual era entendida como uma metodologia que militava contra o uso de materiais biográficos e históricos na análise e na avaliação de obras literárias. Para os que seguiam as concepções da Nova Crítica analisavam obras na busca por uma visão artística sem interesses tendenciosos, especialmente não contaminados por preocupações extraliterárias. Nos anos seguintes houve críticas a essa corrente como foi o caso da marxista que emergia na segunda metade dos anos 1970.

Já no início dos anos de 1950, um teórico chamado de Michel Foucault iniciou um caminho de estudos que se distanciava dos marxistas, mas que o deixava perto da análise original de discurso e poder que faria dele, como aborda Cohen, o mais importante pensador francês desde Sartre.

O autor enfatiza o papel do movimento Feminista como sendo um exemplo do bom uso da consciência política, movimento este que entrava em vigor a partir da segunda metade dos anos 1970.

Muitas feministas, no dizer do próprio autor, dedicaram-se a estabelecer suas próprias vias para publicação. Certificaram-se de que as universidades respondessem a seus apelos através da criação de cursos de temática feminina e de editoras. Certificaram-se também em controlar para que a concessão de bolsas e prêmios acadêmicos não ficasse exclusiva e desproporcionalmente nas mãos de homens. Como aborda Elliott (1988), umas das principais fontes de energia organizacional e de refinamento ideológico advindos do movimento feminista foi justamente o uso, tanto intensivo quanto extensivo, da palavra impressa publicada por mulheres originárias de uma vasta gama de posicionamentos políticos e posições sociais.

De acordo com Landry (1996) nem todas as feministas remavam na mesma direção. Como era de se esperar, todas concordavam que a questão da reescrita da história literária feminina era importante; e por muitos motivos, pois sabiam que as figurações de gênero encontradas não só nas obras literárias, mas em todos os documentos que registram um determinado período, exercem o poder de construir a subjetividade nas pessoas e conseqüentemente no coletivo. Esta subjetividade, ainda no seu dizer, associada à identidade sexual está, do ponto de vista da crítica psicanalista, ligada a maneira como são construídas as estruturas familiares e os padrões de criação dos filhos.

Para Cohen a política nos Estados Unidos continua, até hoje, envolvida com a luta de grupos de interesses especiais. Com a emergência de escritores notáveis que são abertamente feministas, negros, homossexuais, imigrantes ou membros de qualquer comunidade dita *minoritária*, a literatura americana mantém, para o bem ou para o mal, aceso o mito do *melting pot*, da mobilidade social e da liberdade. Mesmo sendo verdade que a literatura produzida por estes grupos está frequentemente imbuída de expressões de insatisfação, é sua diversidade que colore e traz prestígio a sua literatura nacional.

O autor se apoia em Nair (1996) para frisar que para algumas teorias pós-coloniais, o momento da criação da subjetivação de fenômenos como o supracitado ocorre quando a criança encontra estereótipos raciais e culturais na ficção infantil, e tal evento ocorre continuamente em sociedades coloniais. Tal evento se refere ao local em que fantasia e desejo se integram à subjetivação e à construção das relações de poder. Neste evento a criança, enquanto sujeito colonial retorna ao narcisismo do imaginário, ativando assim sua identificação com o ego ideal que é branco e íntegro.

Por fim, o autor faz referência ao teórico literário britânico Terry Eagleton (2003), o qual diz que a literatura na Inglaterra nos dois últimos séculos operou como substituta para o antigo poder dominante, a igreja. Pois para Eagleton a literatura é uma ideologia, ou seja, a literatura, de acordo com sua linha de pensamento, mantém laços íntimos com questões de política e de poder social.

Com isso, concluímos que Cohen se sustenta em diversos teóricos de importância literária para alcançar seu objetivo, que é expor que a literatura constitui uma ideologia que não só aborda circunstâncias peculiares a determinados países, mas que mostra o relacionamento entre seres humanos de uma maneira geral seja ocupando posições de poder ou sendo reprimido pelas mesmas. Cohen expõe, de maneira objetiva e compreensível, seu posicionamento sobre a relação que escritores e suas obras apresentam com assuntos de caráter político, além de enfatizar como essas questões influenciam na produção artística de cada autor. O texto de Cohen apresenta contribuições para leitores que buscam aprofundar seu conhecimento sobre a literatura e a política e como as mesmas mantêm relação.